

CARTA DO FÓRUM DAS ÁGUAS DO AMAZONAS À SOCIEDADE E TOMADORES DE DECISÃO

A Amazônia e o Pantanal, biomas essenciais à vida do planeta, estão à beira do colapso. As regiões sofrem impactos devastadores sobre a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos e as populações humanas, especialmente entre os grupos sociais mais vulneráveis. Dados recentes do MapBiomas revelam uma retração alarmante na superfície de água desses biomas. A Amazônia, que concentra mais da metade da água superficial do Brasil, perdeu 3,3 milhões de hectares de superfície de água em 2023, em comparação ao ano anterior. O Pantanal, por sua vez, enfrenta uma das piores secas da história, com uma redução de 61% da sua superfície de água em relação à média histórica, resultando em apenas 2,6% de seu território coberto por água.

A perda dramática de água está diretamente ligada a políticas e agendas antiambientais que produzem desmatamento e queimada em larga escala e intensificam o avanço das mudanças climáticas. Neste momento, milhares estão em busca de socorro médico para respirar melhor, reduzir tosse, irritação na garganta e nos olhos ou se automedicam, pessoas com comorbidades têm risco de morte aumentado. Outras milhares de famílias estão isoladas sem acesso água e a alimentos (a não ser aquilo que chega por alguma ação de apoio); peixes e botos morrem por falta de água e de oxigênio; o cotidiano de comunidades ribeirinhas e dos povos indígenas está profundamente alterado, provoca adoecimento e transtorno mental; escolas fechadas, ciclo de ensino completamente desajustado; e territórios invadidos por grileiros, madeireiros, narcotraficantes.

Diante desse cenário, lideranças políticas e empresariais defendem a pavimentação da rodovia federal BR-319 ligando Porto Velho-RO no “famigerado arco do desmatamento” até Manaus-AM na Amazônia central, poderia resolver o problema do isolamento dessas comunidades, especialmente em períodos de seca. No entanto, os dados mostram o contrário. Os municípios mais afetados pela seca não são acessados pela rodovia, enquanto os municípios ligados pela BR-319 apresentam os maiores índices de degradação florestal, desmatamento e queimadas, agravando ainda mais a crise climática. A pavimentação dessa rodovia, citada em revistas científicas renomadas como *Science*, *Nature* e *The Lancet*, é identificada como um fator que impulsiona o desmatamento e degradação florestal e conduz a Amazônia além do ponto de não retorno de desmatamento tolerado.

A crise atual não se restringe a um único ecossistema. Estudos apontam que a pavimentação da rodovia BR-319 e o desmonte das políticas de proteção às Áreas de Preservação Permanentes (APPs) comprometem o funcionamento dos serviços ecossistêmicos conhecidos como “rios voadores” – correntes de ar que transportam a umidade da Amazônia para outras regiões do Brasil e da América do Sul. Sem essa umidade, regiões do sul e sudeste do Brasil enfrentarão secas ainda mais severas, com o colapso dos sistemas agrícolas que dependem dessas chuvas. A recente mobilidade de fumaça produzida nos incêndios da região norte para o sudeste e sul bem demonstram essa realidade. O abastecimento de água nas áreas mais populosas do Brasil, como o sistema Cantareira, também estaria seriamente comprometido com estas medidas, ameaçando o abastecimento humano diretamente.

É fato, e muito bem documentado, que este empreendimento compromete a agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com os quais o Brasil está comprometido, como erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, pública e gratuita, acesso à água potável e saneamento, trabalho digno e crescimento econômico e energia acessível e limpa.

De forma vil e perigosa e em meio a maior crise hídrica do Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Lei (PL) 2168/2021 que classifica obras de irrigação e dessedentação animal como de utilidade pública, permitindo sua realização em Áreas de Preservação Permanentes (APPs). Essa medida prejudicaria a vegetação nativa e cursos d'água protegidos, essenciais para manutenção dos recursos hídricos, serviços ecossistêmicos e biodiversidade. Destruir essas áreas em prol do agronegócio, durante a pior seca já registrada, é um grave erro, e hoje os incêndios intencionais já se espalham nestes remanescentes de floresta.

A rodovia BR-319 é lança que abre caminho para o desmatamento na Amazônia, que, por meio da evapotranspiração e dos rios voadores, mantém os ciclos hidrológicos do Brasil, assim como o coração bombeia o sangue para todo o corpo. Hoje, esse sistema vital está perfurado, espalhando fumaça por outras regiões do país. Já a destruição das APPs seria como uma leucemia que ataca o sistema circulatório das águas, eliminando as fontes de produção, que são as nascentes preservadas pelas APPs. É crucial que os governantes reavaliem a maneira como têm tratado essas questões urgentes. Estes empreendimentos asfixiam a população pela fumaça das queimadas, além de asfixiar o modo de vida das populações mais vulneráveis, pela expansão da grilagem e pistolagem em áreas de uso tradicional.

Os grandes projetos amazônicos têm priorizado a expansão do mercado capitalista e a produção de *commodities* para exportação, gerando elevados custos ambientais, sociais e culturais. O Estado tem investido na exploração de recursos naturais, promovendo atividades como mineração, exploração de petróleo e gás, pecuária, agronegócio e produção hidrelétrica, que causam impactos severos às comunidades tradicionais e ao clima, agravando secas prolongadas, elevação de temperaturas, poluição e escassez de água. Para mitigar esses efeitos, é essencial criar economias solidárias e de baixo impacto ambiental, alinhadas aos ciclos da natureza. As políticas atuais representam um ataque direto à segurança hídrica, alimentar e climática do Brasil.

É urgente fechar a BR-319, revogar o PL 2168/2021, reestatizar os serviços de água e esgoto de Manaus, e combater políticas antiambientais que ameçam ecossistemas e a soberania nacional, colocando milhões de vidas em risco.

Organizações que integram o Fórum das Águas do Amazonas:

- 1 – Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental - SARES
- 2 – Articulação Amazônica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro de Matriz Africana - ARATRAMA
- 3 – Articulação de Mulheres do Amazonas - AMA
- 4 – Associação de Desenvolvimento Sócio Cultural Toy Badé - ATB
- 5 – CEBs regional Norte 1
- 6 - Central de Movimentos Populares
- 7 – CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- 8 – Coletivo de Mulheres da Educação
- 9 – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu – CBHTA
- 10 - Comissão Pastoral da Terra - CPT
- 11 – Conselho de Leigos e Leigas da Arquidiocese de Manaus
- 12 - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS AM
- 13 – Equipe Itinerante
- 14 – Escola Municipal Francisca Nunes
- 15 – Fórum Permanente das Mulheres de Manaus
- 16 – Instituto Amazônico de Cidadania

- 17 – Instituto Sumaúma
- 18 – Levante Popular da Juventude
- 19 – Associação do Conj. Habitacional Flamanal
- 20 – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
- 21 – Movimento Cultufuturista da Amazônia
- 22 – Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara
- 23 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM
- 24 – Movimento Salve o Mindu da Universidade do Estado do Amazonas – UEA
- 25 – Movimento Socioambiental SOS Encontro das Águas
- 26 – Parque Municipal Nascente do Mindu;
- 27 – Pastoral da Criança da Arquidiocese de Manaus
- 28 – Rede um grito pela vida;
- 29 – Remada Ambiental
- 30 – Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas
- 31 – Todos Pelo o Gigante.
- 32 – União Nacional por Moradia Popular - UNMP

CARTA DEL FORO DEL AGUA AMAZONAS A LA SOCIEDAD Y TOMADORES DE DECISIONES (*)

El Amazonas y el Pantanal, biomas esenciales para la vida en el planeta, están al borde del colapso. Las regiones sufren impactos devastadores sobre la biodiversidad, los servicios ecosistémicos y las poblaciones humanas, especialmente entre los grupos sociales más vulnerables. Datos recientes de MapBiomass revelan una retracción alarmante en la superficie del agua de estos biomas. La Amazonia, que contiene más de la mitad del agua superficial de Brasil, perdió 3,3 millones de hectáreas de superficie de agua en 2023, en comparación con el año anterior. El Pantanal, a su vez, enfrenta una de las peores sequías de la historia, con una reducción del 61% de su superficie hídrica en relación al promedio histórico, lo que resulta en sólo el 2,6% de su territorio cubierto por agua.

La dramática pérdida de agua está directamente relacionada con políticas y agendas antiambientales que producen deforestación y quemas a gran escala e intensifican el avance del cambio climático. En estos momentos miles buscan ayuda médica para respirar mejor, reducir la tos, la irritación de garganta y ojos o automedicarse, las personas con comorbilidades tienen mayor riesgo de muerte. Otras miles de familias están aisladas sin acceso a agua y alimentos (excepto lo que llega a través de alguna acción de apoyo); los peces y las marsopas mueren por falta de agua y oxígeno; la vida cotidiana de las comunidades ribereñas y de los pueblos indígenas se ve profundamente alterada, provocando enfermedades y trastornos mentales; escuelas cerradas, ciclo de enseñanza totalmente desajustado; y territorios invadidos por acaparadores de tierras, madereros y narcotraficantes.

Ante este escenario, líderes políticos y empresariales defienden que la pavimentación de la carretera federal BR-319 que une Porto Velho-RO en el “infame arco de deforestación” con Manaus-AM en la Amazonía central, podría resolver el problema del aislamiento de estas comunidades, especialmente en periodos de sequía. Sin embargo, los datos muestran lo contrario. Los municipios más afectados por la sequía no son accesibles por carretera, mientras que los municipios conectados por la BR-319 tienen las mayores tasas de degradación forestal, deforestación e incendios, agravando aún más la crisis climática. La pavimentación de esta carretera, citada en reconocidas revistas científicas como *Science*, *Nature* y *The Lancet*, es

identificada como un factor que impulsa la deforestación y la degradación forestal y lleva a la Amazonía más allá del punto de no retorno de la deforestación tolerada.

La crisis actual no se limita a un solo ecosistema. Estudios indican que la pavimentación de la carretera BR-319 y el desmantelamiento de las políticas de protección de las Áreas de Preservación Permanente (APP) comprometen el funcionamiento de los servicios ecosistémicos conocidos como "ríos voladores", corrientes de aire que transportan humedad desde la Amazonía a otras regiones de Brasil y Sudamérica. Sin esta humedad, las regiones del sur y sureste de Brasil enfrentarán sequías aún más severas, con el colapso de los sistemas agrícolas que dependen de esta lluvia. La reciente movilidad del humo producido en los incendios desde el norte hacia el sureste y sur demuestra claramente esta realidad. El suministro de agua en las zonas más pobladas de Brasil, como el sistema de Cantareira, también se vería seriamente comprometido por estas medidas, amenazando directamente el suministro humano.

Es un hecho, y muy bien documentado, que este emprendimiento compromete la agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) con los que Brasil está comprometido, como la erradicación de la pobreza, el hambre cero y la agricultura sostenible, la salud y el bienestar, la calidad de la educación, pública y gratuita, el acceso al agua potable y al saneamiento, el trabajo decente y el crecimiento económico y una energía asequible y limpia.

De manera vil y peligrosa y en medio de la mayor crisis hídrica de Brasil, la Comisión de Constitución y Justicia (CCJ) de la Cámara de Diputados aprobó el Proyecto de Ley (PL) 2168/2021, que califica como utilidad pública las obras de riego y abrevadero, permitiendo realizar en Áreas de Preservación Permanente (APP). Esta medida dañaría la vegetación nativa y los cursos de agua protegidos, esenciales para el mantenimiento de los recursos hídricos, los servicios ecosistémicos y la biodiversidad. Destruir estas áreas en beneficio de la agroindustria, durante la peor sequía jamás registrada, es un grave error, y hoy ya se están propagando incendios intencionales en estos restos de bosques.

La carretera BR-319 es una punta de lanza que allana el camino a la deforestación en la Amazonía, que, a través de la evapotranspiración y de los ríos voladores, mantiene los ciclos hidrológicos de Brasil, así como el corazón bombea sangre por todo el cuerpo. Hoy en día, este sistema vital está perforado, esparciendo el humo por otras regiones del país. La destrucción de las APPs sería como una leucemia que ataca el sistema circulatorio del agua, eliminando las fuentes de producción, que son los manantiales preservados por las APPs. Es crucial que los gobiernos reevalúen la forma en que han manejado estas cuestiones urgentes. Estos proyectos asfixian a la población por el humo de los incendios, además de asfixiar la forma de vida de las poblaciones más vulnerables, debido a la expansión del acaparamiento de tierras y los azotes con pistolas en zonas de uso tradicional.

Los grandes proyectos amazónicos han priorizado la expansión del mercado capitalista y la producción de mercancías para la exportación, generando altos costos ambientales, sociales y culturales. El Estado ha invertido en la exploración de recursos naturales, promoviendo actividades como la minería, la exploración de petróleo y gas, la ganadería, la agroindustria y la producción hidroeléctrica, que causan severos impactos en las comunidades tradicionales y el clima, agravando sequías prolongadas, aumento de temperaturas, contaminación y escasez de agua. Para mitigar estos efectos, es esencial crear economías solidarias con bajo impacto ambiental, alineadas con los ciclos de la naturaleza. Las políticas actuales representan un ataque directo a la seguridad hídrica, alimentaria y climática de Brasil.

Es urgente cerrar la BR-319, revocar el PL 2168/2021, renacionalizar los servicios de agua y alcantarillado en Manaus y combatir las políticas antiambientales que amenazan los ecosistemas y la soberanía nacional, poniendo en riesgo millones de vidas.

Fórum das Águas do Amazonas

(*) *Traducción de Gleice Oliveira*

LETTER FROM THE AMAZON WATER FORUM TO SOCIETY AND DECISION-MAKERS (*)

The Amazon and the Pantanal, biomes that are not just essential but interconnected with life on the planet, are on the brink of collapse. The regions suffer devastating impacts on biodiversity, ecosystem services, and human populations, especially among the most vulnerable social groups. Recent data from MapBiomas reveals an alarming shrinkage in the surface water of these biomes. The Amazon, which concentrates more than half of Brazil's surface water, lost 3.3 million hectares in 2023 compared to the previous year. The Pantanal, in turn, is facing one of the worst droughts in history, with a staggering 61% reduction in its water surface compared to the historical average, resulting in just 2.6% of its territory covered by water.

The dramatic water loss, a direct result of anti-environmental policies and agendas, is a pressing issue that demands immediate attention. These policies lead to widespread deforestation and fires, exacerbating the effects of climate change. At this very moment, thousands of people are seeking medical help to improve their breathing and reduce coughing, throat, and eye irritation; others are resorting to self-medication. The impact on public health is grave, with people with comorbid conditions at an increased risk of death. This is a situation that cannot be ignored. Thousands of families are isolated without access to water and food, except for what is provided through support efforts. Fish and dolphins are dying due to lack of water and oxygen. The daily lives of riverside communities and Indigenous peoples are being significantly affected, leading to illness and mental disorders. This crisis is not just physical, but also emotional, taking a toll on the mental health of the affected communities. Schools are closed, disrupting the education cycle, and territories are being invaded by land grabbers, loggers, and drug traffickers.

In this scenario, political and business leaders are advocating for the paving of the federal highway BR-319, which connects Porto Velho-RO in the infamous arc of deforestation to Manaus-AM in the central Amazon. They argue that this could help solve the problem of isolation for these communities, especially during dry periods. However, the data, which we must not overlook, indicates the opposite. The municipalities that are most affected by the drought cannot be reached by highway. On the other hand, the municipalities connected by BR-319 have the highest rates of forest degradation, deforestation, and fires, which are further

worsening the climate crisis. The paving of this highway, mentioned in renowned scientific journals such as *Science*, *Nature*, and *The Lancet*, is identified as a factor driving deforestation and forest degradation, pushing the Amazon beyond the point of no return for tolerated deforestation.

The current crisis is not confined to a single ecosystem. It's a stark reminder of the interconnectedness of our natural world. Studies indicate that the paving of the BR-319 highway and dismantling protection policies for Permanent Preservation Areas (APPs) compromise the functioning of ecosystem services known as "flying rivers" – air currents that transport moisture from the Amazon to other regions of Brazil and South America. Without this moisture, areas in the south and southeast of Brazil will face even more severe droughts, with the collapse of agricultural systems that depend on this rain. The recent movement of smoke produced in fires from the north to the southeast and south demonstrates this reality. These measures would also seriously compromise the water supply in the most populated areas of Brazil, such as the Cantareira system, directly threatening human water supplies.

It is a pressing reality, well-documented and urgent, that this endeavor jeopardizes Brazil's deep commitment to the 2030 agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs). These goals, such as the eradication of poverty, zero hunger, and sustainable agriculture, health and well-being, access to free, high-quality public education, clean water and sanitation, decent work and economic growth, and affordable and clean energy are not just goals, but the very essence of Brazil's commitment, demanding immediate attention and action.

In a time of dire need, amidst Brazil's most extensive water crisis, the Constitution and Justice Committee (CCJ) of the Chamber of Deputies approved, in a scary and risky way, the Bill 2168/2021. This bill classifies irrigation and the practice of adequately and continuously providing animals with water as public utility actions, allowing them to be carried out in Permanent Preservation Areas (APPs). However, the potential environmental impact of this decision needs further consideration. This measure would have a detrimental impact on native vegetation and protected watercourses, which are essential for maintaining water resources, ecosystem services, and biodiversity. Destroying these areas for the benefit of agribusiness during the worst drought ever recorded is a serious mistake. Intentional fires are already spreading in these forest remnants today.

The BR-319 highway is a spearhead that paves the way for deforestation in the Amazon, which maintains Brazil's hydrological cycles through evapotranspiration and flying rivers, just as the heart pumps blood throughout the body. Today, this vital system is being punctured, spreading smoke throughout other regions of the country. The destruction of APPs would be like leukemia that attacks the water circulatory system, eliminating the sources of production, which are the springs preserved by APPs. Government officials must reevaluate how they have handled these urgent issues. These ventures are suffocating the population with smoke from the fires and the way of life of the most vulnerable populations through the expansion of land grabbing and gunmen in areas of traditional use.

The major projects in the Amazon region have focused on expanding the capitalist market and producing goods for export. This has led to significant environmental, social, and cultural costs. The government has invested in exploiting natural resources, promoting mining, oil and gas exploration, livestock farming, agribusiness, and hydroelectric power generation. Exploiting such natural resources has severe impacts on traditional communities and the climate, aggravating prolonged droughts, rising temperatures, pollution, and water shortages. To mitigate these effects, it is essential to create low-impact, solidarity-based economies that are aligned with

nature cycles. Current policies represent a direct attack on Brazil water, food, and climate security.

It is urgent to close BR-319, revoke PL 2168/2021, renationalize Manaus water and sewage services, and combat anti-environmental policies that threaten ecosystems and national sovereignty, putting millions of lives at risk.

Fórum das Águas do Amazonas

()Translation by Wilma Olmo*